



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 660

“Institui o Código de Posturas do Município e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Paraopeba

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Este Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do município em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

Art. 2º- Ao Prefeito e, em geral, aos funcionários municipais incumbe velar pela observância dos preceitos deste Código.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 3º- Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de polícia.

Art. 4º- Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 5º- A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observados os limites máximos estabelecidos neste Código.

Art. 6º- A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfaze-la no prazo legal.

§ 1º- A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º- Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 7º- As multas serão impostas em grau mínimo, médio u máximo.

Parágrafo Único- Na imposição da multa, e para graduá-la ter-se-á em vista:

- I- a maior ou menor gravidade da infração;
- II- as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III- os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 8º- Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único- Reincidente é o que violar preceito deste código por cuja infração já tiver sido atuado e punido.

Art. 9º- As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do artigo 159 do Código civil.

Parágrafo Único- Aplicada a multa, não fica o infrator isento do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 10- Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura, quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositado em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Único- A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 11- No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 12- Não serão diretamente puníveis das penas definidas neste código:

- I- os incapazes na forma da lei;
- II- os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 13- Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- I- sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;
- II- sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;
- III- sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

CAPÍTULO III DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 14- Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 15- Dará motivo a lavração do auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos Chefes de Serviço por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único- Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 16- Ressalvada a hipótese do parágrafo único do Artigo 106, são autoridades para livrar os autos de infração os fiscais, ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 17- É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas o Prefeito ou seus substituto legal, este quando em exercício.

Art. 18- Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

- I- o dia, mês, hora e lugar em que foi lavrado;
- II- o nome de quem o lavrou, relatando-se toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;
- III- o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- IV- a disposição infringida;
- V- a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Art. 19- Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 20- O infrator terá o prazo de sete dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Prefeito.

Art. 21- Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

TÍTULO II DA HIGIENE PÚBLICA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22- A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 23- Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciando, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único- A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada dos mesmos.

CAPÍTULO II DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 24- O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 25- Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiros à sua residência.

§ 1º- A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º- É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 26- É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim despejar ou atirar papeis, anúncios, reclames ou quaisquer outros detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 27- A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 28- Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica terminantemente proibido:

- I- lavar roupa em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;
- II- consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;
- III- conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;
- IV- queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidades capaz de molestar a vizinhança;
- V- aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;
- VI- conduzir para a cidade, vilas ou povoações do Município, doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Art. 29- É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 30- É expressamente proibida as instalações, dentro do perímetro da cidade e povoações, de indústrias que pela natureza dos produtos, pelas matérias primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública.

Art. 31- Não é permitido, senão à distância de 800 (oitocentos) metros das ruas e logradouros públicos, a instalação de estrumeiras, ou depósitos em grande quantidade de estrume animal ou beneficiado.

Art. 32- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 25% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO III DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art. 33- As residências urbanas ou suburbanas deverão ser caiadas e pintadas de cinco em cinco anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.

Art. 34- Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Parágrafo Único- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.

Art. 35- Não é permitido conservar águas estagnadas nos quintais, ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo Único- As providências para o escoamento das águas estagnadas ou terrenos particulares, competem ao respectivo proprietário.

Art. 36- O lixo das habitações será recolhido em vasilhames apropriados, providos de tampas, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo Único- Não serão considerados como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art. 37- As casas de apartamentos e prédios de habitação coletiva deverão ser dotados de instalação incineradora e coletora de lixo, esta convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivos para limpeza e lavagem.

Art. 38- Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º- Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiras e privadas em número proporcional ao dos seus moradores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º- Não será permitida nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados, providos de rede de abastecimento d'água, a abertura ou manutenção de cisternas.

Art. 39- As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurante, pensões, hotéis e de estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos.

Parágrafo Único- Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituídas por aparelhamento eficiente que produzem idêntico efeito.

Art. 40- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO IV DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 41- A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único- Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 42- Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinados à inutilização dos mesmos.

§ 1º- A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º- A reincidência na práticas das infrações previstas neste artigo, determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 43- Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I- o estabelecimento terá, para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;

II- as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes rigorosamente limpas e afastadas um metro no mínimo das ombreiras das portas externas;

III- as gaiolas para aves serão fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;

Parágrafo Único- É proibido utilizar-se, para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 44- É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

I- aves doentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

- II- frutas não sazonadas;
- III- legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 45- Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo dos gêneros alimentícios, desde que não provenha de abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 46- O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 47- As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias, e os estabelecimento congêneres deverão ter:

I- o piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos, revestidos de ladrilhos até a altura de dois metros;

II- as salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e à prova de massas;

Art. 48- Não é permitido dar ao consumo carne fresca de bovinos, suínos ou caprinos que não tenham sido abatidos em matadouros sujeitos à fiscalização.

Art. 49- Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda.

Art. 50- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO V DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 51- Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins, estabelecimentos congêneres, deverão observar o seguinte:

I- a lavagem de louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes tonéis ou vasilhames;

II- a higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;

III- os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV- os açucareiros serão de tipo que permita a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa;

V- a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas.

Art. 52- Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 53- Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golias individuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único- Os oficiais ou empregados usarão durante o trabalho, blusas brancas, apropriadas, rigorosamente limpas.

Art. 54- Nos hospitais, casas de saúde e maternidade, além das disposições gerais deste Código, que lhes forem aplicáveis, é obrigatório:

- I- a existência de uma lavanderia à água quente com instalações completas de desinfecção;
- II- a existência de depósito apropriado para roupa servida;
- III- a instalação de necrotérios, de acordo com o Art. 55 deste Código;
- IV- a instalação de uma cozinha com, no mínimo três peças destinadas respectivamente a depósito de gêneros, a preparo de comida e à distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter os pisos e paredes revestidas de ladrilhos até a altura mínima de dois metros.

Art. 55- A instalação dos necrotérios e capelas mortuárias será feita em prédio isolado, distante no mínimo vinte metros das habitações vizinhas e situadas de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Art. 56- As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoados do Município deverão, além da observância de outras disposições deste Código, que lhes forem aplicadas, obedecer ao seguinte:

- I- possuir muros divisórios, com três metros de altura mínima separando-as dos terrenos limítrofes;
- II- conservar a distância mínima de dois metros e meio entre a construção e a divisa do lote;
- III- possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno par as águas de chuva;
- IV- possuir depósito para estrume, à prova de insetos e com a capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para a zona rural;
- V- possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;
- VI- manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;
- VII- obedecer a um recuo de pelo menos vinte metros do alinhamento do logradouro.

Art. 57- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

TÍTULO III

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

CAPÍTULO I

DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 58- É expressamente proibido às casas de comércio ou aos ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos.

Parágrafo Único- A reincidência na infração deste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

Art. 59- Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos.

Parágrafo Único- Os praticantes de esportes ou banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

Art. 60- Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo Único- As desordens, algazarra ou barulho, por ventura verificada nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 61- É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

I- os de motores de explosão desprovidos de silenciadores ou com estes em mau estado de funcionamento;

II- os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

III- a propaganda realizada com alto falantes, bombos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;

IV- os produzidos por arma de fogo;

V- os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI- os de apitos ou silvos de sereia de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas;

VII- os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

Parágrafo Único- Excetuam-se das proibições deste artigo:

I- os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de Assistência, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço;

II- os apitos das rondas e guardas policiais.

Art. 62- Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das 5 e depois das 22 horas, salvo os toques de rebates por ocasião de incêndios ou inundações.

Art. 63- É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das 7 horas e depois das 20 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos, e casas de residência.

Art. 64- As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à rádio receptor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único- As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das dezoito horas, nos dias úteis.

Art. 65- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região, sem prejuízo da ação penal cabível.

CAPÍTULO II DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 66- Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados, de livre acesso ao público.

Art. 67- Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura
Parágrafo Único- O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instituído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares à construção e higiene do edifício, e procedida a vistoria policial.

Art. 68- Em todas as casas de diversões públicas, serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo código de obras;

I- tanto as saldas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

II- as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III- as portas de saída serão encimadas pela inscrição “saída” legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV- os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V- Haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

VI- serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a doação de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII- possuirão bebedouro automático de água filtrada e escarradeira hidráulica em perfeito estado de funcionamento;

VIII- durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

IX- deverão possuir material de pulverização de inseticidas.

X- o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

Parágrafo Único- É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapéu à cabeça ou fumar no local das funções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 69- Nas casas de espetáculo de funções consecutivas, que não tiverem exautores suficientes, deve, entre a saída e a entrada de espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação de ar.

Art. 70- Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatro lugares, destinados às autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização.

Art. 71- Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§ 1º- Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 2º- As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 72- Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Art. 73- Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100 metros de hospitais, casas de saúde e maternidades.

Art. 74- Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste código, deverão ser observadas as seguintes:

I- a parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo entre as duas, mais que as indispensáveis comunicações de serviço;

II- a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada à permanência do público.

Art. 75- Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I- só poderão funcionar em pavimentos térreos;

II- os aparelhos de projeção ficarão em cabine de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;

III- no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 76- A armação de circos de pano ou parque e de diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juízo da Prefeitura.

§ 1º- A autorização do funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo, não poderá ser por prazo superior a 1 ano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º- Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança;

§ 3º- A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obrigá-las a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

§ 4º- Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistorias em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 77- Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de três salários mínimos vigentes na região, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição de logradouro.

Parágrafo Único- O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial u reparos, em caso contrário, serão deduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Art. 78- Na localização de “dancings”, ou de estabelecimentos de diversão noturna, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego e decoro da população.

Art. 79- Os espetáculos, bailes ou festa de caráter público dependem, para realizar-se, de prévia autorização da Prefeitura.

Parágrafo Único- Excetuam-se das disposições deste artigo, as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Art. 80- É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

Parágrafo Único- Fora do período destina aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo com licença especial das autoridades.

Art. 81- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente a valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO III DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 82- As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos como sagrados, e, por isso, devem ser respeitados sendo proibido pichar suas paredes e muros, neles pregar cartazes.

Art. 83- Nas igrejas, templos e casas de culto, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, arejados e iluminados.

Art. 84- As igrejas, templos e casas de culto não poderão conter maior número de assistentes, a qualquer de seus ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 85- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente no valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO IV DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 86- O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 87- É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único- Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminosa à noite.

Art. 88- Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção ou de conservação de veículos nas vias públicas em geral.

§ 1º- Tratando-se de materiais de cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência em via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.

§ 2º- Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 89- É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

- I- conduzir animais ou veículos em disparada;
- II- conduzir animais bravios sem a necessária precaução;
- III- conduzir carros de bois sem guieiros;
- IV- atirar à via pública, ou logradouro públicos, corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Art. 90- É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento do trânsito.

Art. 91- Assiste à prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 92- É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

- I- conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;
- II- conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;
- III- patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;
- IV- amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- V- conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único- Excetuam-se ao disposto no item II deste artigo, carrinhos de mão ou de paralíticos e, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 93- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, quando não prevista pena no código Nacional de Trânsito, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO V DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 94- É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 95- Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da Municipalidade.

Art. 96- O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo, será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo Único- Não sendo retirado o animal neste prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

Art. 97- É proibida a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal.

Parágrafo Único- Aos proprietários de cevas atualmente existentes na sede municipal, fica marcado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Código, para a remoção dos animais.

Art. 98- É igualmente proibida a criação no perímetro urbano da sede municipal, de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo Único- Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 56 deste código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Art. 99- Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º- Tratando-se de cão não registrado, será o mesmo sacrificado, se não for retirado por seu dono, dentro de dez dias, mediante o pagamento da multa e das taxas respectivas;

§ 2º- Os proprietários de cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, sem o que serão os animais igualmente sacrificados.

§ 3º- Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do Art. 96 deste código.

Art. 100- Haverá, na Prefeitura, o registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento da taxa respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º- Aos proprietários de cães registrados, a prefeitura fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na coleira do animal.

§ 2º- Para registro de cães, é obrigatório a apresentação de comprovante de vacinação ante rábica, que poderá ser feita às expensas da prefeitura.

§ 3º- São isentos de matrícula os cães pertencentes a boiadeiros, vaqueiros, ambulantes e visitantes, em trânsito pelo Município, desde que nele não permaneçam por mais de uma semana.

Art. 101- O cão registrado poderá andar solto na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 102- Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Art. 103- Ficam proibidos os espetáculos de feras e as exposições de cobras e quaisquer animais perigosos sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Art. 104- É expressamente proibido:

I- Criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

II- Criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III- Criar pombos nos forros das casas de residência.

Art. 105- É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, como:

I- Transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior às suas forças;

II- carregar animais com peso superior a 150 quilos;

III- montar animais que já tenham a carga permitida;

IV- fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, alijados, enfraquecidos, ou extremamente magros;

V- obrigar qualquer animal a trabalhar mais de 8 (oito) horas contínuas sem descanso e mais de 6 (seis) horas, sem água e alimentação apropriados;

VI- martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;

VII- castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar à custa de castigo e sofrimento;

VIII- castigar com rancor e excesso qualquer animal;

IX- conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimentos;

X- transportar animais amarrados à traseira de veículos, ou atados um ao outro pela cauda;

XI- abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

XII- amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, luz e alimentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

XIII- usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção dos animais;

XIV- empregar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XV- empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

XVI- praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 106- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, exceto o art. 97, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

Parágrafo Único- Na infração do artigo 97 deste capítulo, será imposta a multa de um salário mínimo vigente na região, e na reincidência a multa será também de um salário mínimo vigente na região, por dia.

CAPÍTULO VI

DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 107- Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo, igual à metade dos passeios.

§ 1º- quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles afixados de forma bem visível.

§ 2º- Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

I- construção ou reparo de muros ou gradis com altura não superior a dois metros;

II- pinturas ou pequenos reparos.

Art. 108- Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

I- apresentarem perfeitas condições de segurança;

II- terem a largura do passeio, até o máximo de 2 metros;

III- não causarem danos às árvores, aparelhos de iluminação e redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo Único- O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralisação da obra por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 109- Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívica ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

I- serem aprovados pela Prefeitura, quando à sua localização;

II- não perturbarem o trânsito público;

III- não prejudicarem o calçamento nem o escoamento as águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV- serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único- Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando ao responsável as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 110- Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no parágrafo primeiro do artigo 88 deste Código.

Art. 111- O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura.

Parágrafo Único- Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, é facultados aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Art. 112- É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expresso da Prefeitura.

Art. 113- Mas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabos e fios, sem a autorização da Prefeitura.

Art. 114- Os postes telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndio e de polícia e as balanças para pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Art. 115- As colunas ou suportes de anúncios, as caixas de papeis usados, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos, somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art. 116- As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I- terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- II- apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;
- III- não perturbarem o trânsito público;
- IV- serem de fácil remoção.

Art. 117- Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros.

Art. 118- Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da prefeitura.

§ 1º- Dependerá, ainda, de aprovação, o local escolhido para a fixação dos monumentos.

§ 2º- No caso de paralisação ou mau funcionamento de relógio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 119- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO VII DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 120- No interesse público, a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 121- São considerados inflamáveis:

- I- o fósforo e os materiais fosforosos;
- II- a gasolina e demais derivados de petróleo;
- III- os éteres, álcoois, o aguardente e os óleos em geral;
- IV- os carboretos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;
- V- toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de cento e trinta e cinco graus centígrados (135°).

Art. 122- Considera-se explosivos:

- I- os fogos de artifícios;
- II- a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- III- a pólvora e o algodão pólvora;
- IV- as espoletas e os estopins;
- V- os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
- VI- os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 123- É absolutamente proibido:

- I- fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;
- II- manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quando à construção e segurança;
- III- depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º- Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazém ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença, de material inflamáveis ou explosivo que não ultrapassar à venda provável de vinte dias.

§ 2º- Os fogueteiros e explosivos correspondente ao consumo de trinta dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250 metros da habitação mais próxima e a 150 metros das ruas e estradas, se as distâncias a que se refere este parágrafo, forem superiores a 500 metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 124- Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

§ 1º- Os depósitos serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º- Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

Art. 125- Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º- Não poderão ser transportadas simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º- Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 126- É expressamente proibido:

I- queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros;

II- soltar balões em toda a extensão do Município;

III- fazer fogueiras nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV- utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do município;

V- fazer fogos ou armadilhas com arma de fogo, sem colocação de sinal visível para advertência aos passantes ou transeuntes.

§ 1º- A proibição de que tratam os itens I, II e III, poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§ 2º- Os casos previstos no parágrafo 1º, serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada ano, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

Art. 127- A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis, fica sujeita a licença especial da Prefeitura.

§ 1º- A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba irá prejudicar, de algum modo a segurança pública.

§ 2º- A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse de segurança.

Art. 128- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região, além da responsabilidade civil ou criminal do infrator, se for o caso.

CAPÍTULO VIII

DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 129- A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 130- Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 131- A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

- I- preparar aceiro de, no mínimo, sete metros de largura;
- II- mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar do lançamento do fogo.

Art. 132- A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo Único- Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar, campos de criação em comum.

Art. 133- A derrubada de mata dependerá de licença da prefeitura.

§ 1º- A Prefeitura só concederá licença quando o terreno se destinar à construção ou plantio do proprietário.

§ 2º- A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública.

Art. 134- É expressamente proibido o corte ou danificação de árvore ou arbusto nos logradouros, jardins e parques públicos.

Art. 135- Fica proibida a formação de pastagens na zona urbano do Município.

Art. 136- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 60% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO IX

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 137- A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areio e saibro, depende de licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos deste Código.

Art. 138- A licença será sempre processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º- Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a)- nome e residência do proprietário do terreno;
- b)- nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;
- c)- localização precisa da entrada do terreno;
- d)- declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§ 2º- O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

- a)- prova de propriedade do terreno;
- b)- autorização para exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;
- c)- planta da situação, com indicação no relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando construções, logradouro, os mananciais e cursos d'água instalados em toda a faixa de largura de 100 metros em torno da área a ser explorada;

- d)- perfis do terreno em três vias.

§ 3º- No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados nas alíneas c e d do parágrafo anterior.

Art. 139- As licenças para exploração serão sempre para prazo fixo.

Parágrafo Único- Será interdita a pedreira ou parte da pedreira embora licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 140- Ao conceder as licenças, a prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Art. 141- Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação de exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com os documentos de licença anteriormente concedida.

Art. 142- O desmonte de pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo.

Art. 143- Não será permitida a exploração de pedreiras em zona urbana.

Art. 144- A exploração de pedreiras a fogo fica sujeitas às seguintes condições:

- I- declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;
- II- intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões;
- III- içamento, antes da explosão, de uma bandeira à altura conveniente para ser vista à distância;
- IV- toque, por três vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sineta e o aviso em ,brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 145- A instalação de olarias nas zonas urbana e suburbana do município, deve obedecer às seguintes condições:

- I- as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanções nocivas;
- II- quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 146- A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreira ou cascalheira, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou evitar a obstrução de galerias de águas.

Art. 147- É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I- a jusante do local em que recebem contribuição de esgotos;

II- quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III- quando possibilitem a formação de locais ou causem qualquer forma a estagnação das águas;

IV- quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Art. 148- Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região, além da responsabilidade civil ou criminal que couber.

CAPÍTULO X

DOS MUROS E CERCAS

Art. 149- Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

Art. 150- Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários de imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Art. 588 do Código Civil.

Parágrafo Único- Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiro, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 151- Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados, ou com grades de ferro, pré fabricados ou madeira assentes sobre alvenaria, devendo em qualquer caso, ter uma altura mínima de um metro e oitenta centímetros.

Art. 152- Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

I- cercas de arame farpado com três fios no mínimo e um metro e quarenta centímetros de altura;

II- cercas vivas, de espécie vegetais adequadas e resistentes;

III- telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e cinquenta centímetros.

Art. 153- Será aplicada multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região a todo aquele que:

I- fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

II- danificar, por qualquer meio, cercas existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

CAPÍTULO XI DE ANÚNCIO E CARTAZES

Art. 154- A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º- Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo, todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados, ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º- Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos em terrenos próprios de domínio privado forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 155- A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto falantes e propagandistas, assim como feitas por meio de cinemas ambulantes, ainda que mudo, está igualmente sujeito à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 156- Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

- I- pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;
- II- de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- III- sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;
- IV- obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras
- V- contenham incorreções de linguagem;
- VI- façam uso de palavras em língua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência do nosso texto, a ele se hajam incorporado;
- VII- pelo seu número ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Art. 157- Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

- I- a indicação dos locais em que serão colocados e ou distribuídos os cartazes ou anúncios;
- II- a natureza do material de confecção;
- III- as dimensões;
- IV- as inscrições e o texto;
- V- as cores empregadas.

Art. 158- Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser adotado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único- Os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,50 metros do passeio.

Art. 159- Os panfletos ou anúncios destinados a serem lançados ou distribuídos nas vias públicas, ou logradouros, não poderão ter dimensões menores de dez centímetros (0,10) por quinze centímetros (0,15), nem maiores de trinta centímetros (0,30) por quarenta e cinco centímetros (0,45).

Art. 160- Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias, para o seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo Único- Desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou repartições de anúncios e letreiros dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Art. 161- Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Capítulo, poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até que a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta lei.

Art. 162- Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

TÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

SEÇÃO I

DAS INDÚSTRIAS E DO COMÉRCIO LOCALIZADO

Art. 163- Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo Único- O requerimento deverá especificar com clareza:

- I- o ramo do comércio ou da indústria;
- II- o montante do capital investido;
- III- o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 164- Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que se enquadram dentro das proibições constantes do Artigo 30 deste Código.

Art. 165- A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões, e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 166- Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 167- Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial, deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 168- A licença de localização poder ser cassada:

I- quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II- como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança públicos;

III- se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV- por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º- Cassada a licença o estabelecimento será imediatamente fechado;

§ 2º- Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividade sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este capítulo.

SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 169- O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação Fiscal do município e do que preceitua este Código.

Art. 170- Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I- números de inscrição;

II- residência do comerciante ou responsável;

III- nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona, o comércio ambulante.

Parágrafo Único- O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 171- É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I- estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II- impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III- transitar pelos passeios conduzindo cestos outros volumes grandes.

Art. 172- Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região, além das penalidades fiscais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO II DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 173- A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais do Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho;

I- Para a indústria de modo geral, a abertura, o fechamento e o funcionamento ficarão inteiramente a critério dos interessados, respeitadas as leis trabalhistas.

II- Para o comércio de modo geral:

a)- Abertura às 7 horas e fechamento às 18 horas, de Segunda a Sexta feira;

b)- Abertura às 7 horas e fechamento às 20 horas, aos sábados;

c)- Nos domingos e feriados nacionais, os estabelecimentos comerciais permanecerão fechados, bem como os feriados locais, quando decretados por autoridade competente.

d)- Os estabelecimentos não funcionarão em 30 de outubro, dia consagrado ao empregado do comércio.

Parágrafo Único- O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até às 22 horas na última quinzena de cada ano.

Art. 174- Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

I- Varejista de frutas, legumes, verduras, aves e ovos:

a)- nos dias úteis, das 6 às 20 horas;

b)- aos domingos e feriados – das 6 às 12 horas.

II- Varejistas de peixes:

a)- nos dias úteis – das 5 às 17 horas;

b)- aos domingos e feriados – das 5 às 12 horas.

III- Açougues e varejistas de carnes frescas:

a)- nos dias úteis – das 5 às 18 horas;

b)- aos domingos e feriados – das 5 às 12 horas.

IV- Padarias:

a)- nos dias úteis – das 5 às 22 horas;

b)- aos domingos e feriados – das 5 às 12 horas.

V- Farmácias:

a)- nos dias úteis – das 8 às 22 horas

b)- nos domingos e feriados – no mesmo horário, para os estabelecimentos que estiverem de plantão, obedecida a escala organizada pela Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÓPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

- VI- Restaurante, bares, botequins, confeitarias, sorveterias e bilhares:
a)- nos dias úteis e domingos – das 7 às 24 horas
- VII- Agências de aluguel de bicicletas e similares:
a)- nos dias úteis – das 6 às 20 horas
b)- nos domingos e feriados – das 6 às 20 horas.
- VIII- Charutarias e “bomboniéres”:
a)- nos dias úteis – das 7 às 22 horas
b)- nos domingos e feriados – das 7 às 12 horas
- IX- Barbeiros, cabeleireiros, massagistas e engraxates:
a)- nos dias úteis – das 8 às 20 horas
b)- aos sábados e vésperas de feriados e encerramento poderá ser feito às 22 horas
- X- Cafés e leitarias:
a)- nos dias úteis, das 5 às 24 horas
- XI- Distribuidores e vendedores de jornais e revistas:
a)- nos dias úteis, das 5 às 24 horas
b)- nos domingos e feriados – das 5 às 18 horas
- XII- Lojas de flores e coroas:
a)- nos dias úteis – das 7 às 22 horas
b)- nos domingos e feriados – das 5 às 22 horas
- XIII- Carvoarias e similares:
a)- nos dias úteis, das 6 às 18 horas
b)- nos domingos e feriados – das 6 às 18 horas
- XIV- “Dancings”, cabarés e similares :
das 20 às 2 horas da manhã seguinte
- XV- Casa de Loteria:
a)- nos dias úteis – das 8 às 20 horas
b)- nos domingos e feriados – das 8 às 14 horas

XVI- Os postos de gasolina e as empresas funerárias poderão funcionar em qualquer dia e hora.

§ 1º- As farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia e da noite.

§ 2º- Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 3º- Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramos de comércio, será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

Art. 175- As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo, serão punidas com multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO III SEÇÃO ÚNICA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 176- Este código entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Paraopeba, 30 de junho de 1969.

Luciano França da Silveira
Prefeito Municipal

José Geraldo Moreira
Secretário